



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007032-98.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo**  
Requerente: **Elisete Farias Amaral**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**ELISETE FARIAS AMARAL**, qualificada nos autos, ajuizou ação declaratória contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** com o objetivo de obter a inclusão do prêmio de incentivo no cálculo do décimo terceiro salário e um terço de férias, com base na lei estadual n.º 8.975/94, bem como a condenação da requerida ao pagamento de diferenças devidas, com correção monetária e juros, respeitada a prescrição quinquenal. Com a inicial vieram os documentos

Citada, a requerida apresentou contestação alegando que a lei instituidora do prêmio de incentivo vedou a sua incorporação aos vencimentos para todos os efeitos, por conseguinte, em observância ao princípio da legalidade, a administração pública estadual não poderá, sem nova lei específica e de iniciativa do executivo, incorporar o prêmio de incentivo para os efeitos pretendidos pela autora. Pleiteou a improcedência da ação.

Houve Réplica.

É o relatório.

**Fundamento e Decido.**

A ação é parcialmente procedente.

**1007032-98.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

O Prêmio de Incentivo foi instituído pela Lei Estadual nº 8.975/94, alterada pelas Leis 9.185/95 e 9.463/96, àqueles servidores públicos em exercício na Secretaria da Saúde e nas autarquias a ela vinculadas, sob certas condições específicas, com o objetivo de aprimoramento da qualidade dos serviços.

Todavia, o Decreto Estadual nº 41.794/97 alterado pelo Decreto nº 42.955/98, regulamentou a matéria e estabeleceu que metade do valor do prêmio deve ser destinado ao seu pagamento (50%) e o restante sujeita-se à avaliação individual (20%) e institucional (30%). Nesse contexto, parte do Prêmio de Incentivo (PI) é de caráter genérico e parte possui raiz causal.

Desta forma, apenas o percentual pago de forma genérica e permanente deve integrar os ganhos da autora, inclusive na base de cálculo do décimo terceiro salário e adicional de férias.

Nesse sentido:

**"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PRÊMIO DE INCENTIVO instituído pela Lei Estadual nº 8975/1994, por prazo determinado, prorrogado pelas Leis 9185/1995 e 9463/1996. Inclusão de somente 50% do valor do prêmio de incentivo no cálculo do 13º salário, férias, terço constitucional de férias, quinquênio e sexta parte. Tese firmada no IRDR nº 0056229-24.2016.8.26.0000. Sentença parcialmente reformada. RECURSO da FESP PROVIDO EM PARTE, para determinar a aplicação da Lei nº 11.960/09 quanto aos juros de mora. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE para determinar a aplicação da tese firmada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas"** (TJSP, Apelação/Reexame Necessário nº 1038404-22.2015.8.26.0053, rel. Des. ISABEL COGAN, 12ª Câmara de Direito Público, j. 07.02.2018).

**"Apelações e Reexame Necessário – Servidor Público vinculado a Secretaria da Saúde – Prêmio de Incentivo – LC 8.975/94 – Parte variável do referido prêmio que não pode ser incluída na base de cálculo do 13º salário e do terço de férias, mas somente a parte fixa – Base de cálculo de 50% do prêmio de incentivo – Instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR (processo nº. 0056229-24.2016.8.26.0000) no TJSP, nos termos do artigo 976 e seguintes do CPC (vigente), para decidir definitivamente sobre a natureza do Prêmio de Incentivo - O acórdão do referido incidente foi publicado em 14/11/2017, fixando a tese jurídica da incidência de 50% do Prêmio de**

**1007032-98.2018.8.26.0037 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

*Incentivo na base de cálculo do Quinquênio, da Sexta-Parte, do 13º salário e do terço de férias, com a seguinte ementa: "Por maioria de votos, fixaram a tese jurídica da incidência de 50% do valor pago do Prêmio de Incentivo - parte fixa - sobre os adicionais temporais, terço de férias e décimo terceiro salário e aplicando esse entendimento ao caso concreto, verifica-se que a sentença de Primeiro Grau deve ser parcialmente reformada, razão pela qual, desta vez por unanimidade, **DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E AO RECURSO DE APELAÇÃO**" – Lei 11.960/09 - Necessidade de observância aos novos critérios definidos pelo C. STF - Aplicação do Tema nº 810-RE nº 870.947 - Precedente desta E. 11ª Câmara de Direito Público - Sentença de parcial procedência mantida, todavia, alterada apenas em relação à aplicação da Lei 11.960/09 (Tema 810 – STF) - Recursos oficial e voluntários parcialmente providos tão somente em relação à aplicação da Lei 11.960/09 (Tema 810 - STF)" (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1035201-18.2016.8.26.0053; Relator (a): Marcelo L Theodósio; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 5ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 17/08/2018; Data de Registro: 17/08/2018).*

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para o fim de determinar que a requerida inclua o valor do prêmio de incentivo no cálculo do décimo terceiro salário e terço constitucional de férias da autora, apostilando-se. Condeno a requerida, ainda, ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, com atualização monetária desde a data em que as parcelas forem devidas e juros de mora, desde a citação, respeitada a prescrição quinquenal, aplicando-se o artigo 5º da Lei n.º 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas e despesas processuais, bem como com os honorários de seus advogados, ressalvada a gratuidade.

P.R.I.

Araraquara, 24 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**